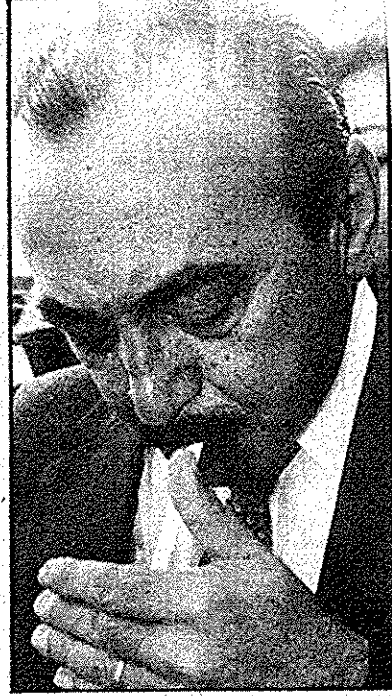
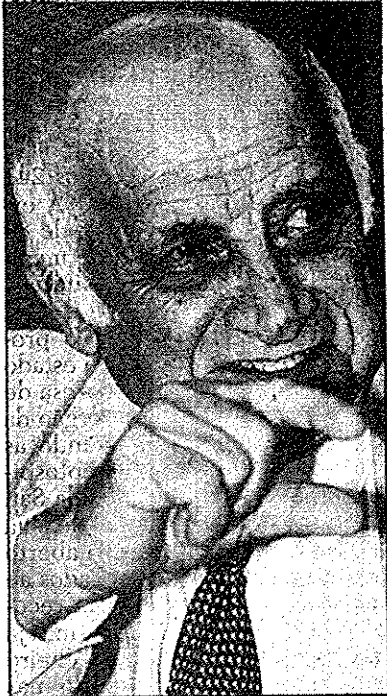


FOTOS: JULIO FERNANDES



Barcelos (E) e Ottomar (C) atenderam ao apelo de Mestrinho (D), que quer limitar poder central

Ação ecológica de Collor racha política na Amazônia

Manaus — O encontro de governadores da Amazônia, convocado para traçar uma política unificada que garanta a autonomia dos estados sobre a administração dos seus recursos naturais, começou ontem à noite em Manaus, sem a presença de quatro dos oito mandatários da região Norte. A pauta do encontro era apontada como a principal causa do afastamento de alguns dos governadores da região, principalmente de Jádor Barbalho, do Pará, o estado economicamente mais desenvolvido da Amazônia. Barbalho mandou seu auxiliar Aloísio Silva, diretor do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará (Idesp), para representá-lo na qualidade de observador.

O governador Gilberto Mestrinho, anfitrião do encontro e articulador do projeto de um código amazônico que retira os poderes do Governo Federal sobre a fiscalização do meio ambiente na Amazônia, contava para os debates de ontem com a presença apenas dos governadores Ottomar Pinto, de Roraima, Oswaldo Piana, de Rondônia, e Aníbal Barcelos, Amapá. Tocantins enviou para o encontro o seu vice-governador Paulo Antunes, enquanto os estados do Acre e Mato Grosso mandavam como representantes de governo os secretários de Ciência e Tecnologia, Eucário Antunes e Geraldo Moura, respectivamente.

A polêmica proposta de código amazônico lançada na abertura

do encontro, e que será discutida durante todo o dia de hoje, pretende sepultar toda a legislação federal envolvendo parques, reservas extrativistas e indígenas, além de estações ecológicas. Articulação para isso já vem sendo feita há cerca de dois meses pela Frente Parlamentar da Amazônia, com assento na Câmara e no Senado, que o apresentará na forma de anteprojeto e pressionará por sua aprovação nas duas casas. Uma vez transformado em lei, o código beneficiaria diretamente os estados do Amazonas e Roraima, defendem os governadores Gilberto Mestrinho e Ottomar Pinto, que contestam a atual legislação federal, por "congelar as riquezas naturais da região".

O governo amazonense considera que a legislação ambiental brasileira ajuda ao projeto global de transformar a Amazônia em reserva da biosfera, sem nada em troca aos povos nativos da região. "Querem congelar a região mais rica do mundo para deixá-la como reserva técnica de riquezas naturais e estoque de matérias-primas, capaz de ser utilizado pelos centros fornecedores atuais quando suas reservas já tiverem alcançado o esgotamento", diz o secretário de Ciência e Tecnologia da Amazônia, José Belfort.

Em seus 33 artigos, o código amazônico não deixa dúvidas de que "a transformação de qualquer área da Amazônia em parques, reservas ou estações (...) somente poderá ocorrer median-

te prévia autorização legislativa do estado que for atingido em sua integridade territorial". Pelo código, os estados da região se responsabilizariam pelo zoneamento ecológico-econômico, mas os "recursos necessários à realização desses trabalhos" seriam alocados diretamente pelo Governo Federal. E a preservação e fiscalização da flora e fauna da região seriam feitas pelos governos estaduais que se comprometeriam em conservar e preservar a floresta, "assegurado o livre exercício das atividades econômicas".

Contrários ao projeto, não está apenas o governador Jádor Barbalho, mas também as secretarias da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente e Ibama. Apenas a presidente do Ibama, Tânia Munhoz, participará do evento. Radical crítico de Mestrinho, José Lutzemberger, secretário do Meio Ambiente, sequer respondeu ao convite formulado pelo governo do estado, enquanto a Secretaria da Ciência e Tecnologia será representada por um assessor do secretário José Goldemberg. O encontro que pretende unir politicamente os estados do Norte, como já fizeram os governadores do Nordeste, está sendo realizado igualmente em lugar polêmico: o Instituto Superior de Estudos da Amazônia (Isea), criado em 1987 pelo ex-governador Amazonino Mendes com o mesmo fim e que jamais atingiu o seu objetivo por divergências entre Pará e Amazonas.